

## Biopolítica, necropolítica e psicopolítica: uma interlocução entre conceitos

*Biopolitics, necropolitics and psychopolitics, an interlocution between concepts*  
*Biopolítica, necropolítica y psicopolítica: una interlocución entre conceptos*

*Kelvin Oliveira do Prado<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar uma reflexão teórica que relacione os conceitos de biopolítica, de Michel Foucault; necropolítica, com Achille Mbembe, bem como a concepção de psicopolítica, de Byung-Chul Han, à luz da contemporaneidade e de suas mudanças. A partir da problematização, entende-se que os três termos, apesar de cunhados para explicar insuficiências as quais abarcariam, não se excluem, dada a complexidade das configurações sociais e a ideia das múltiplas modernidades que perpassam a contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Michel Foucault, Achille Mbembe, Byung-Chul Han.

**Abstract:** This article aims to present a theoretical reflection that relates the concepts of biopolitics, by Michel Foucault; necropolitics, by Achille Mbembe, as well as the concept of psychopolitics, by Byung-Chul Han, in the light of contemporaneity and its changes. From the problematic, it is understood that the three terms, although coined to explain insufficiencies that they would cover, are not mutually exclusive, due the complexity of social configurations and the idea of multiple modernities that permeate contemporaneity.

**Keywords:** Michel Foucault; Achille Mbembe; Byung-Chul Han.

**Resumen:** Este artículo pretende presentar una reflexión teórica que relaciona los conceptos de biopolítica, de Michel Foucault; necropolítica, con Achille Mbembe, así como el concepto de psicopolítica, de Byung-Chul Han, a la luz de la contemporaneidad y sus cambios. A partir de la problematización, se entiende que los tres términos, aunque acuñados para explicar insuficiencias que cubrirían, no son mutuamente excluyentes, dada la complejidad de las configuraciones sociales y la idea de modernidades múltiples que permean el mundo contemporáneo.

**Palabras clave:** Michel Foucault; Achille Mbembe; Byung-Chul Han.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia.  
E-mail: kelvinprado17@gmail.com

“Por isso a biopolítica é em última instância uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potenciais”

2

As tentativas de observar os fenômenos e os elementos que constituem, ou constituíram a sociedade e os seus entraves, levam os intelectuais à observação social, histórica e filosófica do mundo que os cerca. Nesse aspecto, conjunturas distintas conduzem os sujeitos a notarem questões contextuais díspares em cada momento histórico, permitindo ou não que possam dar conta de explicar outra “realidade” ou outro momento na história.

Dessa maneira, os autores ligados aos conceitos de biopoder, necropoder e psicopoder, por exemplo, estão situados em contextos que os mobilizaram a demonstrarem organizações sociais e lugares discursivos que acentuavam as dinâmicas sociais em determinadas conceituações teóricas.

Por conseguinte, observa-se que as comparações entre os conceitos de biopoder e de necropoder, por exemplo, ocorrem com uma frequência maior nos últimos tempos, bem como a interlocução de trabalhos que observam a dinâmica entre o biopoder e o psicopoder. Todavia, a reflexão quanto aos critérios dessas três concepções, em simbiose, não ocorre com a mesma frequência, pelo contrário, buscas no: Google Acadêmico; *Scielo*; *Open Library*; Portal de Periódicos da CAPES/MEC; *Microsoft Academic*; *Redalyc* e *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), para citar alguns casos, não são encontrados trabalhos que correlacionem os três conceitos.

O *Microsoft Academic* encontra um trabalho em língua espanhola, de Rafael Güitrón Torres<sup>3</sup>, intitulado: “Biopoder, psicopoder e ecopoder”. Ao passo que o Google Acadêmico localiza uma produção, também em língua espanhola, de Sayak Valencia e Katia Sepúlveda, denominado: “*Del fascinante fascismo a la fascinante violencia: psico/bio/necro/política y mercado gore*”<sup>4</sup>, o trabalho analisa o que Susan Sontag entendia como “o fascinante fascismo” e a maneira como a mídia de massas, junto ao *Big Data*, dão continuidade ao processo por meio de regimes visuais violentos (a fascinante violência), as autoras pensam a rentabilidade e o consumo da violência visual no México, abordando a estetização da violência herdada do

<sup>2</sup> ŽIŽEK, 2014, p. 39.

<sup>3</sup> TORRES, Rafael Güitrón. *Biopoder, psicopoder y ecopoder*. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 54, 26-39, jul./dez. 2020.

<sup>4</sup> VALENCIA, Sayak; SEPÚLVEDA, Katia. *Del fascinante fascismo a la fascinante violencia: Psico/bio/necro/política y mercado gore*. *Mitologías hoy*, [en línea], Vol. 14, pp. 75-91, 2016.

colonialismo e do fascismo, (re)combinada com técnicas de gestão da subjetividade através dos regimes psico/necro/biopolíticos.

As autoras encontram o regime de controle, de produção e de sedução por meio da violência que se consome contemporaneamente, de maneira estetizada como código comum na cultura *pop*, como uma forma de dar continuidade à instrumentação da violência herdada do passado colonial. Assim, o neocolonialismo surge na perspectiva das autoras como “Capitalismo *Gore*” e que é atualizado na produção de violências contemporâneas que não interrompem o fluxo histórico, mas se normalizam dentro dele e entram no mercado do desejo<sup>5</sup>. Portanto, é uma reflexão que combina e faz a intersecção das três óticas em seus instrumentos de controle biopolíticos, necropolíticos e psicopolíticos.

Conclui-se que a pesquisa feita em três idiomas: em português (Brasil), em inglês e em espanhol, como visto, não revelaram a interlocução do biopoder, do necropoder e do psicopoder em língua portuguesa (Brasil). No entanto, existe a intersecção dos conceitos de modo duplo, revelando várias reflexões, as quais este trabalho também procura trazer, pois demonstra o ensejo existente na correlação entre biopoder/biopolítica e necropoder/necropolítica<sup>6</sup>; ou biopoder/biopolítica e psicopoder/psicopolítica<sup>7</sup>; bem como do termo “necrobiopolítica” e/ou “necrobiopoder”, para Berenice Bento<sup>8</sup>, em que o necrobiopoder unifica estudos que têm apontado atos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de “cuidado da vida” ou de determinadas vidas.

Berenice Bento observa o aparecimento conceitual “centrado” em autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, Judith Butler e Gayatri Spivak, no qual a autora aborda que esses intelectuais passaram a compor o cânone do que se pode chamar de “uma ciência social das identidades abjetas”.

Quando as pesquisas se referem à violência do Estado contra os corpos abjetos, geralmente se aciona a noção de “soberania” em contraposição à de governabilidade (conjunto de técnicas voltadas para o cuidado da vida, da população). Sugiro outro conceito: necrobiopoder<sup>9</sup>.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>6</sup> ESTÉVEZ, Ariadna. *Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?*. Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad, vol. XXV, No. 73?, Septiembre/Diciembre de 2018.

<sup>7</sup> AYMORÉ, Débora. *Do biopoder à psicopolítica*. Investigação Filosófica, Macapá, v. 10, n. 2, p. 101-111, 2019.

<sup>8</sup> BENTO, Berenice. *Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?*. Cad. Pagu [online]. 2018, n.53, e185305. Epub 11-Jun, 2018.

<sup>9</sup> Ibidem, p. 03.

Bento analisa a perspectiva brasileira, demonstrando a potencialidade dos conceitos. Ademais, a autora nota que a governabilidade não se refere apenas ao cuidado da vida, visto em Foucault, porque a sua hipótese é a de que a governabilidade, para existir, precisa produzir “zonas de morte”. “[...] Ou seja, governabilidade e poder soberano não são formas distintas de poder, mas têm, pensando no contexto brasileiro, uma relação de dependência contínua [...]”<sup>10</sup>.

Os conceitos de biopoder, de necropoder e de psicopoder contam, cada um, com seu *locus* enunciativo, ao passo que Bento parte de um outro (sujeito) a partir do que está posto. Com essas noções e apontamentos em mente, passemos ao conceito de biopoder.

### **Biopoder: o controle dos corpos e a regulação da vida**

No pensamento do filósofo francês Michel Foucault<sup>11</sup>, o biopoder é o domínio da vida dos sujeitos sobre o qual o poder estabeleceu controle, esse biopoder foi um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção<sup>12</sup>.

O autor conduziu uma espécie de filosofia analítica do poder. Nessa filosofia, o poder conduz as condutas dos sujeitos, com isso, atua sobre as ações das populações. Na biopolítica, o objetivo não é o corpo individual, mas a regulação da população como corpo político<sup>13</sup>. Nesse horizonte, os discursos propiciados pelas relações engendradas nas relações saber-poder estabelecem efeitos de “verdade”.

A partir disso, como argumenta Estévez<sup>14</sup>, os aparelhamentos políticos e econômicos vão determinando o que é verdadeiro, são esses dispositivos que permitem estabelecer as relações na visão foucaultiana, em que poderes soberanos, disciplinares e biopoderes foram contextualizados pelo autor em suas historicidades, estabelecendo-se enquanto outros poderes eram desagregados.

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em

<sup>10</sup> Ibidem, p. 03.

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. curado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

<sup>12</sup> Idem. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

<sup>13</sup> ESTÉVEZ, op. cit.

<sup>14</sup> Ibidem.

tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder [...] Se pudéssemos chamar “bio-história” as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de “bio-política” para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana<sup>15</sup>.

O biopoder “[...] *modifica el objetivo soberano del poder disciplinario de dejar vivir y hacer morir y lo invierte: en lugar de dejar vivir y hacer morir, ahora el poder tiene el objetivo de hacer vivir y dejar morir* [...]”<sup>16</sup>. A contra-história expõe a maneira como as relações de poder ativam as regras da lei através da produção de “discursos da verdade”, o que Foucault<sup>17</sup> chama de “dispositivos de saber-poder” e “políticas de verdade”.

Outra consequência do desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma. “[...] A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte [...]”<sup>18</sup>, o autor afirma que já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e de utilidade.

O livro “O Panóptico”, do filósofo Jeremy Bentham, é uma obra do século XVIII composta por cartas nas quais ele apresenta uma “arquitetura do poder” que, a saber, serve-se da vigilância e da inspeção de sujeitos, como demonstrado na carta de número I, denominada de: “a ideia do princípio da inspeção”<sup>19</sup>.

Ver-se-á que essa “arquitetura do poder” é aplicável, afirma Bentham, a todos os estabelecimentos nos quais num espaço não tão grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, por exemplo, queira manter sob inspeção um número de pessoas, não importa quão diferentes sejam os propósitos:

seja o de punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o desassistido, curar o doente [...] seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara da morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento<sup>20</sup>.

Não importa quão diferentes ou opostos sejam os propósitos: seja punir o incorrigível, encerrar o insano, reformar o viciado, confinar o suspeito, empregar o desocupado, manter o

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. *Genealogía del racismo*. La Plata, Argentina: Editora Altamira, 1998. p. 133.

<sup>16</sup> ESTÉVEZ, op. cit., p. 12.

<sup>17</sup> FOUCAULT, 1988, p. 08.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>19</sup> BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 19-20.

desassistido, curar o doente, instruir os que estejam dispostos em qualquer ramo da indústria etc.

Partindo de Foucault ao pensamento de Agamben<sup>21</sup>, influentes na reflexão posterior em Mbembe<sup>22</sup>, afirma-se que a união impossível entre norma e realidade, além da constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma da exceção, isso significa que para aplicar uma norma é necessário suspender sua aplicação, produzir uma exceção<sup>23</sup>. Assim, o autor conclui que o estado de exceção marca um patamar em que uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real.

Com as ideais liberais difundidas ao longo da Era Moderna, o poder foi se dissociando da figura do soberano, ou seja, o rei, o unívoco detentor do poder. Com isso, o poder é difundido em instituições disciplinadoras que exercem controle, tais como: a família, os hospitais, as escolas, as prisões etc. Em Han<sup>24</sup>, a “sociedade da transparência” atual age enquanto dispositivo neoliberal, ao passo que no pensamento foucaultiano são emaranhados em saberes-poderes que disciplinam. Assim, o *corpus* social é controlado de diversos modos e em vários níveis.

Se é verdade que o projeto baconiano estimula, a partir do século XVI, o controle sobre a natureza, a partir dos séculos XVII e XVIII, a Europa testemunhou o nascimento de duas formas de poder moderno: o poder disciplinar e o biopoder. Assim, a estratégia adotada para o exercício do controle sobre os seres humanos assume proporções individuais (corpos individuais) e sociais (espécie) como também as mentes<sup>25</sup>.

Essa disciplina é um dispositivo cujo objeto é o corpo e seu local de construção é a instituição, é a política dos corpos organizados em quartéis, fábricas, hospitais, escolas e prisões<sup>26</sup>. Butler<sup>27</sup> lembra que, para Foucault, a “governamentalidade”, entendida como a maneira como o poder político administra e regula as populações e os seus bens, passando a ser a forma como o poder estatal é vitalizado. Essa governamentalidade opera partindo de políticas e departamentos por meio de instituições de gerência e de burocracia, ou seja, por intermédio da lei, ao ser entendida como “conjunto de táticas”, mediante aos poderes do

<sup>21</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

<sup>22</sup> MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

<sup>23</sup> AGAMBEN, op. cit.

<sup>24</sup> HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

<sup>25</sup> AYMORÉ, op. cit., p. 101.

<sup>26</sup> FOUCAULT, 1998.

<sup>27</sup> BUTLER, Judith. *Prearious life: the powers of mourning and violence*. New York: Verso, 2004.

Estado. Para Butler também é importante considerar que o surgimento da governamentalidade nem sempre coincide com a “desvitalização” da soberania, com isso:

o surgimento da governamentalidade pode depender da desvitalização da soberania em seu sentido tradicional: soberania como provendo uma função legitimadora para o estado; soberania como um locus unificado para o poder estatal. A soberania neste sentido não mais opera para apoiar ou vitalizar o estado, mas isso não exclui a possibilidade de que possa surgir como um anacronismo reanimado dentro do campo político desvinculado de suas âncoras tradicionais. Na verdade, enquanto a soberania tem sido convencionalmente associada à legitimidade para o estado e o Estado de Direito, proporcionando fonte unificada e símbolo do poder político, não funciona mais dessa forma (tradução nossa)<sup>28</sup>.

A gestão das populações é apresentada como marca da governamentalidade. Foucault faz a distinção analítica entre poder soberano e governamentalidade, sugerindo que a governamentalidade é uma forma posterior de poder que abre a possibilidade de que essas duas formas de poder possam coexistir de várias maneiras, especialmente em relação àquela forma de poder que ele chamou de “disciplina”<sup>29</sup>.

São os pontos de referência foucaultianos, nas regras da lei, que delimitam o poder e os efeitos da verdade que esse poder produz e transmite, reproduzindo, então, o poder, formando o triângulo entre poder, direito e verdade<sup>30</sup>, âmbito do direito em que Giorgio Agamben também centraliza a sua escrita. Quando Foucault<sup>31</sup> fala em direito, ele não pensa apenas na lei, mas em todos os dispositivos, instituições e regulamentos que a aplicam, assim como a dominação, isto é, as múltiplas formas em que pode ser exercida, são os micropoderes.

Nas relações entre lei e poder, aplica-se o princípio de que, nas sociedades Ocidentais e desde a Idade Média, a elaboração do pensamento jurídico era baseada no poder real, visto que a ressurreição do direito romano foi um dos instrumentos que compunham o poder autoritário, administrativo e monárquico absoluto. Assim sendo, a construção legal da nossa sociedade foi elaborada sob a pressão do poder do rei em que a lei (Ocidental) é um direito que é comissionado, no qual os juristas tiveram um grande papel para organizá-lo<sup>32</sup>.

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> FOUCAULT, 1988, p. 27.

<sup>31</sup> Idem, 1998.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 28-29.

### **Necropoder: o controle por meio das políticas de morte**

O filósofo camaronês Achille Mbembe<sup>33</sup> cunhou o termo Necropolítica. Nesse sentido, o autor parte de pontos de vista que visualizam o eixo colonial e as suas operações enquanto processos pertinentes para as relações de poder, bem como para as políticas de morte que são estabelecidas nas relações sociopolíticas entre aparelhos de poder e de soberania, no qual suas reflexões transitam na análise das políticas de morte na época contemporânea. Nesse sentido, entrelaça-se o pensamento de Giorgio Agamben e sua discussão sobre o estado de exceção, ao passo que reflete sobre a política de morte (necropolítica) coadunados ao estado de exceção no âmbito colonial.

Para o que se convencionou chamar de “Segundo Mundo” (países que estiveram sob o socialismo) e o “Terceiro Mundo” (América Latina, África e Ásia), o contexto não é o mesmo do “Primeiro Mundo”, ou ao que Han<sup>34</sup> visualiza, isto é, as sociedades “pós-industriais” e tidas como “desenvolvidas”. Tendo isso em vista, nota-se que o contexto visto por Foucault é europeu, observando esse aspecto é que Mbembe parte em uma análise de uma outra condição e vê a necessidade conceitual diferente para fenômenos e conjunturas que são, portanto, desiguais. Um aspecto mais voltado para a vida, o outro, para a morte, nas quais são gestadas mortes reais (empobrecimentos massivos) e mortes simbólicas, com intervenções do capitalismo no âmbito social, político e simbólico<sup>35</sup>.

O estado de exceção e a relação de inimizade são a base normativa desse direito de matar, em tais casos, o poder (não necessariamente estatal) se refere e apela à exceção<sup>36</sup>, ao trabalhar para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo fictício. Assim, a questão posta é a relação entre política e morte nos sistemas que só podem funcionar em estado de emergência.

Sob tais aspectos, traçando conexões analíticas entre episódios e processos históricos, Mbembe<sup>37</sup> afirma que a ocupação colonial contemporânea da Palestina, por exemplo, é uma

---

<sup>33</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>34</sup> HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

<sup>35</sup> ESTÉVEZ, op. cit.

<sup>36</sup> MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. *Public Culture*, v. 15, n. 01, p. 11-40, 2003.

<sup>37</sup> Idem, 2018.



forma bem-sucedida de necropoder, em que identidades são criadas em comunhão ou em repúdio a alguém ou a algo, são poderes de cunho disciplinar, biopolítico e necropolítico.

Observa-se a noção da guerra abordada no ensaio de Mbembe. Recorre-se ao que traz Judith Butler, isto é, a ótica da guerra em relação aos Estados Unidos da América e ao Iraque, na qual é preciso considerar as “[...] implicações filosóficas e representacionais da guerra, porque as políticas e poderes trabalham, em parte, através da regulação do que pode aparecer e do que pode ser ouvido” (tradução nossa)<sup>38</sup>. Esses esquemas são do encargo das corporações que monopolizam o controle sobre a grande mídia e que são, com isso, interessadas em manter o poder.

Espaços e sujeitos que foram colonizados, lugares em conflitos no passado e no presente, a exemplo do Iraque, do Vietnã e da Palestina<sup>39</sup>, o nazismo, entre outros elementos, por exemplo, revelam a precariedade e a destruição trazida a partir da ótica do precário, do biopoder e do necropoder, revelando as relações de subalternização e a construção imagética do “Outro”, um não-eu, parafraseando Baudelaire<sup>40</sup>: “[...] é um eu insaciável do não-eu, que a cada instante o revela e o exprime em imagens mais vivas do que a própria vida, sempre instável e fugidia”. Inviabiliza-se o luto e o lamento pela perda, muitas vezes não vista como tal.

Nesses processos de guerra, de extermínio e de violência direcionada pelos aparelhos de política de morte, isto é, de necropolítica, promove-se o processo em que “[...] cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança sobrevivente [...]”<sup>41</sup>. Sentimento de segurança que é explorado, dada a sensação de insegurança permanente, que, de acordo Bauman<sup>42</sup>, está presente nos aparelhamentos de segurança, em condomínios fechados, em câmeras espalhadas e em tudo aquilo que permita o sentimento de proteção contra algo ou alguém.

Nesse sentido, cada Outro precarizado e destruído é uma amostra do que seria a maior seguridade pessoal e social, isso ao nível comunitário, da casa ou do condomínio, do bairro e da região, ao nível global, de um país, de um continente, em ações do Estado no aspecto micro, em ações do Estado no nível macro, bem como no âmbito do público e do privado para esses aparelhamentos, tais como as empresas privadas de segurança.

---

<sup>38</sup> BUTLER, 2004, p. 147.

<sup>39</sup> BUTLER, 2004; MBEMBE, 2018; SONTAG, 2003.

<sup>40</sup> BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 19.

<sup>41</sup> MBEMBE, 2018, p. 62.

<sup>42</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

Zygmunt Bauman<sup>43</sup> observa que o antigo “*Big Brother*” estava preocupado em incluir, em integrar as pessoas, em “colocá-las na linha”, mantendo-as assim. No entanto, o novo *Big Brother* está preocupado em excluir, isto é, identificar os “desajustados” e deportá-los ao local “que é deles”, esses disciplinamentos da governamentalidade, utilizando as acepções foucaultianas, agem, por exemplo, em listas fornecidas pelo *Big Brother* aos aparelhamentos de “governamentalidade”. Ou seja, em listas de pessoas cuja entrada não deve ser permitida ou daqueles que devem ser detidos nas entradas. Ademais, o antigo *Big Brother* continuaria vivo e equipado, mas é encontrado com mais facilidade em partes periféricas e marginalizadas dos espaços sociais.

Butler<sup>44</sup> afirma que a cobertura de guerra trouxe à tona a necessidade de retirar essa monopolização presente nos interesses midiáticos, dado que os processos engendrados nos enquadramentos de mídia (fotos, vídeos etc.) ocultam ou deslocam realidades, no sentido dado pelo filósofo Emmanuel Lévinas, isto é, de realidades que escapam ao poder totalizador da razão e de seu poder, dado que o que vemos e ouvimos em rostos postos na mídia não apresentam vocalizações de dor, de agonia ou das sensações de precariedade da vida<sup>45</sup>, ou seja, ocultando e deslocando noções.

Dado o exposto, entende-se a interlocução entre o que pontua Butler (2004) quanto a esse aparelhamento que caracteriza e enquadra corpos e subjetividades em uma ótica política que hierarquiza o luto, ao lado da lamentação pelas vidas perdidas, na relação com a explanação de Mbembe<sup>46</sup>, ao trazer o exemplo do que ocorre na Palestina, também exposto por Butler<sup>47</sup>.

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar [...] A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Ibidem, 162-163.

<sup>44</sup> BUTLER, 2004.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>46</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>47</sup> BUTLER, 2004.

<sup>48</sup> MBEMBE, 2018, p. 48.

Nesse sentido, no contexto das análises das ocupações coloniais contemporâneas, vemos que uma hierarquia de luto poderia ser enumerada, porque algumas vidas são rapidamente humanizadas.

mas isso é apenas um sinal de outra relação diferencial com a vida, uma vez que raramente, ou nunca, ouvimos os nomes dos milhares de palestinos que morreram [...] eles têm nomes e rostos, histórias pessoais, família, passatempos favoritos, slogans pelos quais vivem?<sup>49</sup>.

O louco, o criminoso, o perverso etc., aparecem como os novos inimigos da sociedade<sup>50</sup>, bem como o colonizado, o nativo, na leitura de Mbembe, é a figura do “Outro”. Com isso, observa-se que quanto mais distante o lugar no qual os conflitos e as matanças ocorrem, maior a probabilidade de que imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes<sup>51</sup> apareçam, são os “quadros de guerra” expostos por Butler.

No prisma da guerra e das problemáticas que dela decorrem, como no caso da cobertura midiática, em um estudo da relação entre imagem midiática e sofrimento humano, Susan Sontag observa que as imagens que apresentam provas que contradizem devoções do público a certa posição, como na defesa das ações de exércitos de determinadas nações, por exemplo, são descartadas como encenações montadas para as câmeras.

Mbembe<sup>52</sup> revela que a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Esse pressuposto é, *a priori*, conjugado ao que pontua Foucault<sup>53</sup>, trata-se de um assassinato indireto em que se morre como consequência de que o Estado nada faça<sup>54</sup> por determinadas populações, grupos e indivíduos.

A guerra, para Mbembe, é um meio de alcançar a soberania e também é uma forma de exercer o direito de matar<sup>55</sup>. Mbembe então, como é possível notar, baseia-se no conceito do biopoder foucaultiano e explora a sua relação com as noções de soberania e de estado de exceção. Nota-se que é possível entrever como “[...] biopolítica e necropolítica não são opostos, mas constitutivos em fenômenos sociais [...]” (tradução nossa)<sup>56</sup>.

---

<sup>49</sup> BUTLER, 2004, p. 32.

<sup>50</sup> FOUCAULT, 1998.

<sup>51</sup> SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>52</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>53</sup> FOUCAULT, 1988.

<sup>54</sup> ESTÉVEZ, 2018.

<sup>55</sup> MBEMBE, op. cit.

<sup>56</sup> ESTÉVEZ, op. cit., p. 33.

Nesse sentido, a ideia da modernidade é importante em Mbembe, dado que está na origem de vários preceitos de soberania, com o de biopolítica. Assim, a soberania, para Mbembe<sup>57</sup>, é expressa como o direito de matar. Os autores denominados como decoloniais, sobretudo os do Grupo Modernidade/Colonialidade<sup>58</sup>, notam essa relação entre a Modernidade e o início das formas de controle, das amarras coloniais em criações de novos modos de existência e de subjetividade, de ser e de estar no mundo, portanto, de maneiras de controle.

Noções que são discutidas ou trazidas por autores vistos como “clássicos” nas reflexões pós-coloniais. Apesar de que, como põe Ballestrin<sup>59</sup>, aquilo que é considerado clássico na literatura pós-colonial é passível de questionamento, mas existe um entendimento da importância e da atualidade da “tríade francesa”, isto é, Aimé Césaire, Albert Memmi e Frantz Fanon, sendo possível notar as reflexões das relações entre colonizador e colonizado.

As ações de guerra imbrincadas com a relação entre imagem, poder e mídia, estão localizadas em enunciações que partem da imagem do Outro, lembrando esse “Outro/Other” como posto por Butler<sup>60</sup>. Susan Sontag<sup>61</sup> revela que uma das maneiras de entender os crimes de guerra cometidos no Sudeste da Europa na década de 1990 consistiu em dizer que os Bálcãs nunca fizeram parte da Europa, discurso herdeiro do costume de exibir seres humanos colonizados.

Sontag também afirma que africanos e habitantes de remotos países da Ásia foram mostrados em exposições etnológicas montadas em Londres, em Paris e em outras capitais europeias, desde o século XVI até o início do século XX, promovendo um tipo de espetáculo, mas que é esquecido quando se impede essa exposição ao se tratar das vítimas da violência, pois o Outro<sup>62</sup>, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, não como alguém que também vê. Quando consideramos as formas que pensamos sobre humanização e desumanização:

nós encontramos a suposição de que quem ganha representação, especialmente autorrepresentação, tem mais chances de ser humanizado, aqueles que não tem chance de representar a si mesmos correm um grande risco de serem tratados como menos humanos, considerados como menos que humanos ou, ainda, nem mesmo serem considerados [...] há um uso do rosto/face, dentro da mídia, para efetivar a

<sup>57</sup> MBEMBE, 2003.

<sup>58</sup> BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> BUTLER, 2004.

<sup>61</sup> SONTAG, op. cit.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 45; BUTLER, 2004.

desumanização. Parece que a personificação nem sempre humaniza (tradução nossa)<sup>63</sup>.

Mbembe<sup>64</sup> visualiza esse *locus* enunciativo daquele que é caracterizado como o Outro, o colonizado e a sua deslegitimação, a qual legitima políticas de morte, de apaziguamento e de não pertença ao mundo, os quais vivem uma morte na própria vida. Para o autor, o poder (que como pontuado não está resumido ao Estado), por exemplo, refere-se e apela à exceção, esse inimigo ficcional é construído, definindo-se em relação a um campo biológico que divide, que categoriza e, utilizando o conceito de subalternidade com Spivak<sup>65</sup>, subalterniza, que é, portanto, o racismo.

Desse modo, o sujeito que não habita o centro hegemônico do poder ou que dele está desvencilhado em algum nível, dos aparelhamentos que subsistem de formas complexas como evidenciado até aqui. Assim, Mbembe<sup>66</sup> observa que na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte, estabelecendo condições para a aceitabilidade dessa situação. O racismo, acrescenta Foucault<sup>67</sup>, é a condição de aceitabilidade do abate em uma sociedade em que a norma, o regime e a homogeneidade são as funções sociais, é a metafísica da morte no século XX.

En realidad, el discurso racista no fue otra cosa que la inversión, hacia fines del siglo XIX, del discurso de la guerra de razas, o un retomar de este secular discurso en términos sociobiológicos, esencialmente con fines de conservadurismo social y, al menos en algunos casos, de dominación colonial (tradução nossa)<sup>68</sup>.

O autor apresenta o nazismo como um dos exemplos para corroborar sua tese, visto que os exemplos dados para essa política antecedem a própria constituição do nazismo, apontando o âmbito colonial (por isso a referência de seu entrelaçamento nessa perspectiva) e os regimes de exceção impostos pelos colonizadores com a conquista e a soberania, o que sedimenta os processos de política de morte vindouros, como o nazismo.

Nesse horizonte, são exemplos de políticas de morte o que ocorreu nas colônias, como é o caso da América ao longo de séculos. Por esse ângulo, os processos tecnológicos e industriais propiciaram novas maneiras de fazer morrer, tendo em vista as fórmulas e formas

<sup>63</sup> BUTLER, 2004, p. 141.

<sup>64</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>65</sup> SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

<sup>66</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>67</sup> FOUCAULT, 1998.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 59.

mais rápidas que agrupavam uma quantidade maior de indivíduos. Para Mbembe seria “civilizar maneiras de matar”<sup>69</sup>.

Giorgio Agamben<sup>70</sup>, ao citar o Estado nazista, lembra do decreto promulgado por Adolf Hitler, o qual nunca foi revogado. Portanto, o Terceiro *Reich* pode ser considerado, do ponto de vista jurídico, como um estado de exceção que durou 12 anos.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político<sup>71</sup>.

Agamben<sup>72</sup> nota que desde então a criação voluntária de um estado de emergência permanente se tornou uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos denominados democráticos. A partir de aspectos postos em Agamben, Achille Mbembe<sup>73</sup> aponta que uma nova sensibilidade cultural também emergirá, como visto em Foucault<sup>74</sup>, ao longo da “transposição” do poder soberano centrado no indivíduo, para o poder direcionado para instituições e saberes-poderes. As conformações também mudam e geram regulações de si mesmas na internalização de práticas, mesmo com o universo disciplinar ao redor, o sujeito interioriza essas “normatividades”.

Agamben<sup>75</sup> nota o significado biopolítico foucaultiano do estado de exceção como estrutura em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão, o que aparece na “*military order*”, promulgada pelo presidente dos Estados Unidos em 2001, que autoriza a “*indefinite detention*” e o processo perante as “*military commissions*” dos cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas, as quais são, também, esmiuçadas por Judith Butler na ótica do 11 de setembro.

No âmbito colonial, Mbembe<sup>76</sup> vê a escravidão, considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica, essa dominação sobre o indivíduo seria a própria nascença de uma morte social, nas considerações do autor é uma morte-em-vida.

<sup>69</sup> MBEMBE, op. Cit., p. 22.

<sup>70</sup> AGAMBEN, op. cit.

<sup>71</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>74</sup> FOUCAULT, 2008.

<sup>75</sup> AGAMBEN, op. cit., p. 15.

<sup>76</sup> MBEMBE, op. cit.

A “vida nua” que Giorgio Agamben “descobriu” e que entusiasmou a mentalidade europeia e norte-americana seria, tardiamente, o que nativos e africanos teriam conhecido e sofrido desde o século XVI<sup>77</sup>, o que também é posto por Aimé Césaire<sup>78</sup> anteriormente. Na perspectiva de Bento<sup>79</sup>, nem todas as vidas são nuas, porque algumas nasceriam para viver, enquanto outras se tornam vidas matáveis pelo Estado (lembrando a sua análise no Brasil), distanciando-se, assim, da posição de Agamben.

Mbembe também nota esse aspecto de que essas políticas no biopoder foram postas pela primeira vez no mundo colonial. Portanto, o que é testemunhado ao longo da Segunda Guerra Mundial é uma extensão de métodos antes reservados às colônias e às populações ali existentes, mas que então foram estendidas ao espaço europeu devido ao nazismo, o que é posto por Césaire<sup>80</sup>. Dessa maneira, a observação histórica posta em Sontag<sup>81</sup>, com a relação “imagem da mídia” e sofrimento humano (de acordo os locais de enunciação desses sujeitos) revelam a interlocução das reflexões em suas complementaridades conceituais.

Mbembe<sup>82</sup> revela que as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte, ou seja, à necropolítica, reconfiguram as relações entre resistência, sacrifício e terror. Com isso, surgem aspectos diversos na reflexão, como a discussão sobre o terrorismo, em que o autor parte para problemáticas e reflexões contemporâneas de seu tempo em uma interlocução com o passado e os processos históricos mais longos.

Mbembe desenvolve o conceito que é por ele utilizado, dado que o conceito foucaultiano de biopolítica seria “insuficiente” para dar conta de formas contemporâneas de submissão da vida, em outras palavras, refere-se aos contextos que Mbembe têm em vista e que são analisados ao longo do seu ensaio.

Este trabalho intenta observar que os conceitos são próprios de seus contextos e que eles servem para a análise de dadas realidades ou experienciais sociais na criticidade da “realidade”. Desse modo, essas novas submissões são postas, esses poderes de morte são demonstrados, nos quais as populações são submetidas a condições que lhes conferem o estatuto, segundo o autor, de “mortos-vivos”.

<sup>77</sup> WALSH, Catherine. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Catherine Walsh: García Linera: Walter Mignolo - In ed. Buenos Aires: Del Signo. 2006.

<sup>78</sup> CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

<sup>79</sup> BENTO, op. cit.

<sup>80</sup> CÉSAIRE, 1978.

<sup>81</sup> SONTAG, op. cit.

<sup>82</sup> MBEMBE, 2018.

Essa questão reverbera ao pensamento de Judith Butler<sup>83</sup>, no qual algumas vidas são lamentadas e “[...] outras são encaradas como questionavelmente vivas, talvez até mesmo socialmente mortas (expressão cunhada por Orlando Patterson para descrever o estatuto de um escravo) [...]”.

Então se alguém mata ou é morto na guerra, e a guerra é patrocinada pelo Estado, ela passa a ser investida de legitimidade pelo meio social. Portanto, é possível que consideremos a morte passível de luto, mas ela não é vista como radicalmente injusta<sup>84</sup>, o luto é desigual, os elementos que engendram essas circunstâncias e possibilitam a sua manutenção são formados, como na ação do Estado, nos aparelhamentos da mídia<sup>85</sup>, das propagandas e de outras frações socioculturais.

O sofrimento de determinadas pessoas (levando em conta suas origens, seu *locus* enunciativo, como no deslocamento feito por Mbembe no conceito de necropoder) possui um interesse mais intrínseco para um público (admitindo-se que o sofrimento deva ter um público) do que o sofrimento de outros indivíduos<sup>86</sup>.

Esse luto e lamento pelo sofrimento ou pela perda de um ser humano se relaciona com o que é posto em Butler, mas a fragmentação e sobretudo a hierarquização desse luto perante ao público (de mortes decorrentes das políticas de morte, de quem deve morrer ou viver) também subalterniza<sup>87</sup> subjetividades e rostos, que é a figura do Outro<sup>88</sup> e legitima, assim, o necropoder em suas aplicabilidades.

Em tal perspectiva, as considerações feitas por Foucault e Mbembe permitem traçar a noção da legitimação cunhada ao poder do Estado em sua política de morte, dotando-o de uma legitimidade. Assim, visualiza-se a perspectiva colonial, em seguida, do nazismo e de modos variados de necropolítica ou de políticas de morte exemplificados. Com isso, o poder enquadra o olhar social sobre os corpos em seus significados e valores.

Observa-se que Mbembe visualiza a necropolítica para falar de contextos e sociedades não hegemônicas, dado que Foucault abordou uma conjuntura europeia, ao passo que Mbembe parte para uma perspectiva do colonizado. Infere-se que existe contribuição de uma perspectiva já existente, mas que não abarca tudo e todos.

---

<sup>83</sup> BUTLER, 2015, p. 70.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 68.

<sup>85</sup> Idem, 2004.

<sup>86</sup> SONTAG, op. cit., p. 72.

<sup>87</sup> SPIVAK, op. cit., 2010.

<sup>88</sup> BUTLER, 2004.



As concepções de Mbembe são postas “[...] enquanto uma passagem de uma biopolítica à uma necropolítica, no que se refere às realidades das periferias das sociedades capitalistas da contemporaneidade, dando sentido a outros contextos sociais [...]”<sup>89</sup>. Assim, inicia dando sentido a outros contextos sociais, os quais não se enquadram à realidade europeia, porque essas novas “gestões da morte” sofreram seus tensionamentos e deslocamentos.

A situação dos sujeitos precarizados é um campo de instabilidades e paradoxos, dado que a vida precária<sup>90</sup> é a condição de estar condicionado, esses indivíduos “[...] não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. Em outras palavras, elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas [...]”<sup>91</sup>.

Em entrevista recente, Butler<sup>92</sup> aponta que a pandemia expôs uma vulnerabilidade global, a vulnerabilidade que não é apenas a possibilidade de ser machucado pelo Outro, mas o caráter interdependente do corpo e da vida. Ao passo que o ponto de convergência da reflexão de Butler com a necropolítica/biopolítica é quando ela expõe que, nessa vulnerabilidade, a resposta tem sido a de identificar os “grupos vulneráveis”, populações propensas ao sofrimento de forma potencialmente pior com o patógeno, ou seja, populações racializadas, migrantes, pessoas pobres etc., as quais se tornam alvos mais propensos.

Com isso, a lógica da necropolítica é exposta, por exemplo, na negação de acessibilidade desses grupos, o que expõe a ação do necropoder, isto é, da política de morte, retirando ou minando possibilidades de que esses grupos mais vulneráveis sobrevivam. Propicia-se as suas mortes, alinhada ao eixo da própria morte-em-vida, quando se está nessa condição, a morte não metafórica é tornada menos passível de luto e de pesar. Portanto, converge-se o pensamento filosófico em Butler<sup>93</sup> e em Mbembe<sup>94</sup>, mesmo em suas disparidades de *locus* enunciativo.

Nessa lógica, é interessante coadunar os pressupostos observados com as reflexões de Estévez<sup>95</sup>, ao analisar a biopolítica e a necropolítica em relação dialética de construção mútua em fenômenos como a migração. Com isso, a autora pontua a negação de serviços primários

<sup>89</sup> GRISOSKI, Daniela Cecília; PEREIRA, Bruno César. *Da biopolítica à necropolítica*: notas sobre as formas de controles sociais contemporâneas. Revista Espaço Acadêmico - n. 224 - set./out. 2020, p. 199.

<sup>90</sup> BUTLER, 2004; 2015.

<sup>91</sup> Idem, 2015, p. 47.

<sup>92</sup> Idem, 2020.

<sup>93</sup> Idem, 2004; 2015; 2020.

<sup>94</sup> MBEMBE, 2018.

<sup>95</sup> ESTÉVEZ, op. cit., p. 13.

de saúde aos imigrantes sem documento, bem como o desmantelamento das políticas sociais, a gestação de marginalizações, além de outros aspectos do necropoder de modos reais e simbólicos. Slavoj Žižek aponta dois modos opostos, mas complementares de violência excessiva:

a violência sistêmica ou “ultraobjetiva”, própria às condições sociais do capitalismo global, que implica a criação “automática” de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem-teto aos desempregados); e a violência “ultrassubjetiva” dos novos “fundamentalismos” emergentes, de caráter étnico e/ou religioso e, em última instância, racistas<sup>96</sup>.

Bauman<sup>97</sup> chama a atenção para esses fatores citados, os quais podem ser combinados com o aumento dos controles de imigração e ao contexto exposto neste texto, inclusive rememorando ao que afirmou Agamben<sup>98</sup> em relação aos estados de exceção. A partir dos autores é possível entender que nem toda violência advém do Estado-Nação, como visto em Bento<sup>99</sup>.

Essas populações são “perdíveis”, ou podem ser sacrificadas, precisamente porque foram enquadradas como já tendo sido perdidas ou sacrificadas; são consideradas como ameaças à vida humana como a conhecemos, e não como populações vivas que necessitam de proteção contra a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Consequentemente, quando essas vidas são perdidas, não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos “vivos”<sup>100</sup>.

As observações de Judith Butler permitem notar que as observações críticas para o trato da vida de sujeitos marginalizados despertam a reflexão filosófica em um escopo amplo, bem como no âmbito da sociologia, com Zygmunt Bauman<sup>101</sup>, visto que a vida líquida é, também, uma vida precária. Portanto, surge a denúncia da ilegitimidade desses enquadramentos postos pelas práticas das políticas de morte, políticas que são, com isso, arbitrarias.

Até aqui, observa-se que a biopolítica e a necropolítica são conceitos que se relacionam, dialogam e propiciam olhar para realidades distintas e interpretá-las com o arcabouço teórico-crítico proporcionado pelos autores, bem como permitem dialogismos na concepção

<sup>96</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 24.

<sup>97</sup> BAUMAN, op. cit.

<sup>98</sup> AGAMBEN, op. cit.

<sup>99</sup> BENTO, op. cit.

<sup>100</sup> BUTLER, 2015, p. 53.

<sup>101</sup> BAUMAN, op. cit.

da precariedade e da destruição<sup>102</sup>, além de outros aspectos apontados ao longo deste texto. Sob tais circunstâncias, precarizações implícitas e explícitas, simbólicas e físicas, as quais agem por parâmetros diretos e indiretos. A destruição simbólica:

se dá pela morte simbólica, muitas vezes podendo ocorrer pelas superlotações em presídios, onde indivíduos são “descartados” e esquecidos, vivendo em aglomerações humanas dentro de pequenos espaços. Bem como através do impedimento de investimento nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança, etc., o que acaba causando um estado de precariedade. Com a diminuição do orçamento de políticas públicas de saúde, educação, assistência social e segurança, um sistema social permite-se escolher suas vítimas, produzindo assim efeitos nas intersubjetividades cotidianas contemporâneas<sup>103</sup>.

### **Psicopoder: o controle das mentes**

A psicopolítica é um conceito difundido e discutido pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han<sup>104</sup>, a sua escrita proporciona o intrincamento de múltiplos elementos em uma mesma linha de pensamento, o que permite entrever as próprias sociedades por ele analisadas, isto é, sociedades tecnológicas na era das mídias digitais e envoltas no discurso neoliberal.

Nesse sentido, Han reflete em suas várias obras sobre as novas técnicas de poder. Ele faz uma “ruptura” com a ótica de Foucault no sentido de um “universo disciplinar”, pois para Han o presente se define como um tempo que revela o “universo do desempenho”, não mais o da disciplina. Assim, revela-se que a sensação de liberdade que vivemos pode fazer com que ocorram ainda mais restrições do que o dever disciplinar foucaultiano.

A sociedade disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos, presídios, quartéis e fábricas, não é mais a sociedade de hoje. Em seu lugar, há muito tempo, entrou uma outra sociedade, a saber, uma sociedade de academias de fitness, prédios de escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção<sup>105</sup>.

Transita-se da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho. O dever tem um limite, mas o poder de fazer, por outro lado, não tem esses limites, dado que introjetamos possibilidades múltiplas em nossas mentes. É aí que a psicopolítica age, a biopolítica está

<sup>102</sup> BUTLER, 2004.

<sup>103</sup> GRISOSKI; PEREIRA, op. cit., p. 205.

<sup>104</sup> HAN, 2014.

<sup>105</sup> Idem, 2015, p. 14.

atrelada ao corpo, ao passo que a psicopolítica tem, com o advento da internet, a capacidade de interferir na *psiche* do indivíduo e da coletividade, naquilo que Han<sup>106</sup> denomina como o “enxame digital”.

Nesse sentido, direciona-se o foco para aspectos psíquicos e é possível notar que as questões como a depressão ou a síndrome de burnout, por exemplo, são frequentes no trato que o autor faz na abordagem, as quais seriam a expressão de uma profunda crise de liberdade. O “*burnout*”, isto é, o esgotamento, é constante nessa “sociedade do cansaço” exposta por Han. O cansaço está no final dos atos de uma vida mecânica, a continuação é o retorno inconsciente à mesma trama mecânica ou o despertar definitivo. No extremo do despertar vem a consequência: suicídio ou restabelecimento<sup>107</sup>, problemas psíquicos, o *burnout* etc.

Como revela Aymoré<sup>108</sup>, a liberdade passou a ser compreendida como a possibilidade de superexposição da subjetividade, o que está em conformidade com a comunicação constante, propiciando a captação de informações e de rastros das experiências virtuais, as quais podem ser utilizadas para manter desejos ativos e insatisfeitos. Portanto, reproduz-se o consumo conspícuo, isso passa a vir em troca de um “reconhecimento” volátil e fluído, no hedonismo de cultivar a si próprio diante das novas condições econômicas e de produção que os indivíduos estão. Assim, nenhum desejo realizado pode ser satisfeito duradouramente, é uma ilusão<sup>109</sup>.

O sujeito da performance e do rendimento, que se diz livre, é um escravizado neoliberal, dado que há a totalização do trabalho. Hoje o trabalho se desloca para o ambiente privado, não era possível levar as máquinas industriais para o ambiente familiar, mas com o telefone celular, o *notebook* ou o *tablet*, essa situação mudou. Com isso, o trabalho não é mais o emprego, mas uma tomada da vida do trabalhador de modo totalizante.

O capitalismo industrial se transforma em neoliberalismo ou capitalismo financeiro com modos de produção imateriais pós-industriais (tendo em mente que existem problemáticas postas por críticos a essa noção de sociedade pós-industrial, sendo ela mais voltada ao espectro europeu). É importante perceber que Han não fala exatamente da mesma localização que Mbembe.

---

<sup>106</sup> Idem, 2018.

<sup>107</sup> CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*: ensaio sobre o absurdo. Portugal: Livros do Brasil, 1970, p. 13.

<sup>108</sup> AYMORÉ, op. cit., p. 106.

<sup>109</sup> SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. 2ª reimpressão, São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 144.

Em tais noções de uma sociedade que se dirige, nos eixos hegemônicos, ao que seria uma sociedade de trabalho focada em serviços, as condições de trabalho também são cada vez mais precarizadas, situação que se desestrutura ainda mais em países mais pobres, em ditas sociedades industriais.

Nessa vida líquida e precária, as condições de emprego imprevisíveis resultantes da competição de mercado continuam sendo a principal fonte da incerteza quanto ao futuro, foi contra isso que o Estado social procurou proteger seus súditos. Entretanto, esse não é mais o caso, o Estado contemporâneo não pode cumprir tal “requisito”, agora os seus programas trazem prognósticos com apelos mais precários e envoltos em malabarismos, pedindo aos eleitores “flexibilidade” (preparo para inseguranças futuras) e que busquem individualmente soluções para problemas produzidos socialmente<sup>110</sup>.

Essa sociedade é o enlace de uma vida na sociedade da transparência em que vigora a biopolítica neoliberal. Foucault reaparece na abordagem do conceito, mas com o rompimento conceitual e da própria interpretação do fenômeno na modernidade, não mais da disciplina, mas do desempenho. O individualismo exacerbado do sujeito, exposto por Han, volta-se para um projeto de si e para si, o que oblitera a compreensão de um processo estruturado em níveis mais amplos e coletivos, indo ao encontro das argumentações de Bauman.

O neoliberalismo, como forma de mutação do capitalismo, transforma o trabalhador, suas práticas, seus hábitos, sua *psiche* etc., não há uma multidão cooperativa, mas uma solidão do empresário isolado e voluntário de si mesmo, que constitui o modo de produção atual, segundo Han<sup>111</sup>.

Com isso, quem falha na sociedade neoliberal de performance se responsabiliza, ao invés de questionar o sistema, como visto na explanação anterior em Bauman. Para Han<sup>112</sup>, essa seria a inteligência especial do regime neoliberal, porque essa autoagressão não faz do explorado um revolucionário, mas um depressivo. Assim, vive-se na busca da referida “flexibilidade” e da solução de problemas sociais de modo individual, constantemente isolado, então a luta de classes se transforma em uma luta interna.

As problemáticas passam a ser múltiplas, exige-se essa “proatividade”, como traz o discurso neoliberal<sup>113</sup>, “hoje em dia, toda espera, toda procrastinação, todo atraso se

---

<sup>110</sup> BAUMAN, op. cit., p. 112.

<sup>111</sup> HAN, 2014.

<sup>112</sup> HAN, 2014.

<sup>113</sup> Idem, 2018.

transformam em estigma de inferioridade”<sup>114</sup>. O sujeito é motivado a ser o “empreendedor” de si mesmo, porque parar é agredir e culpar a si próprio. Ao mesmo tempo em que a instabilidade do emprego (com durabilidade de permanência cada vez menor) e da sensação de segurança ampliam margens de inquietação, engendrando medos futuros, ansiedades e crises. Com isso, o plano para toda a vida é quebrantado.

Bento<sup>115</sup> lembra que o desejo permanente de perseverar na existência é a definição da vida. E a vida está a todo momento ameaçada, então o efeito é a demanda por mais proteção. Nessa lógica, Žižek<sup>116</sup> aponta que hoje a variedade predominante da política é a biopolítica pós-política, a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas.

Contudo, continua o autor, é evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem, ou seja, com a administração objetiva, a única maneira de introduzir paixão e mobilizar as pessoas é através do medo, um elemento fundamental da subjetividade atual. É por isso que Žižek afirma que a biopolítica é, em última instância, uma política do medo.

Um dos pontos de encontro entre Foucault, Mbembe e Han é dado justamente no olhar para o capital, pois os três o observam e o descrevem em sua relação com os sujeitos e com as espacialidades, de maneiras e óticas distintas dada as suas disparidades de localizações e temporalidades.

Ademais, observam aspectos distintos, mas que, de algum modo, ligam-se no choque que produzem nas subjetividades e nas transformações que geram, seja no prisma corporal, o biopoder, seja na esfera da *psiche*, o psicopoder, bem como na alçada da política de morte (quem vive e quem morre), engendrada pelo necropoder.

O capital representa uma nova transcendência, em outras palavras, uma nova forma de subjetivação<sup>117</sup>. A interlocução reaparece de forma mais acentuada quando Han<sup>118</sup> aponta que apenas na modernidade, quando os recursos fundacionais transcendentais já não tinham validade, é que seria possível uma política, uma politização completa da sociedade, lembrando-nos do parâmetro foucaultiano anteriormente abordado.

---

<sup>114</sup> BAUMAN, 2005, p. 129.

<sup>115</sup> BENTO, 2018.

<sup>116</sup> ŽIŽEK, 2014, p. 39.

<sup>117</sup> HAN, 2014, p. 19.

<sup>118</sup> Ibidem.

A complexidade que Han expõe envolve muitos aspectos da sociedade contemporânea, visto que a tecnologia (tecnologias do poder) e as mídias digitais estão permeadas nos processos. É como se não fosse possível fugir, pois a liberdade e a comunicação ilimitadas tornaram o controle e a vigilância totais. Assim, ele recupera a noção do panóptico benthamiano para demonstrar que as mídias sociais podem ser equiparadas aos panópticos, são panópticos digitais, pois monitoram e exploram implacavelmente o social.

Quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo<sup>119</sup>.

O trecho possibilita enxergar a constituição das mídias e redes sociais como campos de exposição durante todo o tempo, são plataformas de controle, mas não mais um controle totalmente físico, por ser também psicológico e mental. É uma estrutura que se constrói desde os movimentos da propaganda. Ademais, a internet e as informações ali expostas voluntariamente por usuários diariamente, por exemplo, fazem com que o Panóptico não seja outra coisa, nessas condições, senão o espetáculo do inspetor<sup>120</sup>. A iniciativa em Bentham era o isolamento, impedir comunicações, porém, Han observa que isso não ocorre mais, pelo contrário, há o estímulo dessa comunicabilidade, um movimento pós-panóptico.

No início era um esquema atribuído ao movimento de irrupção em espaços físicos, ou melhor, biopolíticos, como nota Foucault. Não obstante, agora ele é virtual, lembrando que a leitura pode ser a de que não se excluem e coexistem em certos contextos, em conformidade à necropolítica, a exemplo da necrobiopolítica observada no contexto brasileiro e exposta por Berenice Bento<sup>121</sup>. Portanto, é preciso estar atento aos textos e contextos em análises que requerem olhares geopolíticos e contextualmente localizados.

A exposição diária e o julgamento público de figuras que é feito pelo “enxame digital” marcam as relações sociais de hoje, vindo a ser tratado como “cultura”, por ter se tornado uma prática. Conectando essa observação aos pressupostos em Han<sup>122</sup>, entende-se o que ele afirma ao pontuar que quando acabamos de nos libertar do panóptico disciplinar, entramos em um novo, ainda mais eficiente. Nesse processo, a indignação é fragmentada em uma infinidade de

---

<sup>119</sup> BENTHAM, op. cit., p. 20.

<sup>120</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>121</sup> BENTO, 2018.

<sup>122</sup> HAN, 2014.

informações nas mídias digitais que direcionam esse julgamento para figuras e indivíduos públicos ou anônimos em destaque e permitem o *status quo*.

A “sociedade da transparência” como denomina Han<sup>123</sup>, é um dispositivo neoliberal, dado que mais informação e comunicação significa mais produtividade. Nesse contexto da psicopolítica digital, o poder se manifesta de formas diferentes, é um poder inteligente que torna os homens dependentes, lendo e avaliando os pensamentos.

O regime disciplinar é organizado como um “corpo”, é biopolítico. Ao passo que o regime neoliberal se comporta como uma “alma”, e tanto o poder soberano quanto o disciplinar exerciam a exploração dos outros, mas a biopolítica (da sociedade disciplinar), é inadequada para o regime neoliberal que explora a *psique*<sup>124</sup>.

A biopolítica não acessa os elementos psíquicos, mas agora isso já ocorre. A *psique* é explorada, ao passo que a depressão e o *burnout* são mais presentes na nova era. Esses pressupostos em Han convergem aos dizeres de Bauman, das intimidades congeladas e de emoções no capitalismo de consumo. A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade, ao passo que:

a sociedade de desempenho vai se desvinculando cada vez mais da negatividade. [...] O plural coletivo da afirmação Yes, we can expressa precisamente o caráter de positividade da sociedade de desempenho. [...] A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo não. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados<sup>125</sup>.

A positivação do mundo faz surgir novas formas de violência, pensando em múltiplas modernidades e complexidades, pode haver a coexistência das violências postas por Mbembe e também por Han, em suas complexificações, diferenciações e coexistências. Torna-se evidente que a psicopolítica neoliberal é a técnica de dominação que estabiliza e reproduz o sistema dominante por meio de programação e do controle psicológico<sup>126</sup>, é uma sociedade em que o *modus vivendi* é a competição sem limites, ditada pelo biocapital<sup>127</sup>.

Nos autores o Estado aparece como um agente que distribui o reconhecimento de humanidade, mas isso ocorre de formas distintas, mais humanidade para alguns sujeitos e menos legitimidade de existência para outros. É assim que em Foucault é possível avistar um

<sup>123</sup> Idem, 2017.

<sup>124</sup> Idem, 2014.

<sup>125</sup> Idem, 2015, p. 14-15.

<sup>126</sup> HAN, 2014, p. 117.

<sup>127</sup> TORRES, Rafael Güitrón. *Biopoder, psicopoder y ecopoder*. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 54, 26-39, jul./dez. 2020, p. 31.



contexto, ao passo que Mbembe viu nessa ótica uma explicação que não privilegiaria outras conjunturas, como a dos povos colonizados.

Não menos importante é o impasse avistado por Han, agora em um contexto mais voltado para as nações modernizadas, do que é denominado por ele de “sociedade pós-industrial”, em que existe uma ampla imersão dos sujeitos no âmbito da tecnologia. Essa vertente pode até abarcar países e contextos não hegemônicos, mas que apresentem grande capacidade de inserção de sujeitos no âmbito da tecnologia e das mídias digitais, o que é cada vez mais crescente.

Em termos abrangentes, é notável a visão de Bento<sup>128</sup> ao anunciar que os rituais e ritos de eliminação do Outro mudam, pois o extermínio de uma população segue ritos de morte diferentes dos conhecidos por uma outra população. A autora identifica o Estado como o responsável por determinadas mortes. Sabe-se, portanto, que a recusa a reconhecer certos grupos como humanos não se restringe ao Estado, segundo ela, isso é perceptível tendo em vista que os crimes direcionados a populações específicas não são cometidos exclusivamente por membros do Estado. Essa ótica abrange a percepção dessas políticas de morte e de sua ação na relação Estado e sociedade.

Ao fim, elementos como o Estado, o capital, o neoliberalismo e a tecnologia vão se fazendo mais presentes nas visões dos autores, de formas mais ou também menos acentuadas. A contribuição do conceito e das reflexões de Foucault<sup>129</sup> com o biopoder propiciam novas pressuposições teórico-críticas e conceituais para novos contextos, agentes sociais e subjetividades imersas ou construídas na própria ótica da modernidade e dos processos que, a partir dela, tiveram suas genealogias baseadas, como a colonização.

O capitalismo atual e os discursos neoliberais aparecem como centrais na regulação dos processos de vida e de morte (ESTÉVEZ, 2018), a preferência epistemológica, no caso deste estudo, de cada um dos três aspectos biopolíticos, necropolíticos e psicopolíticos, como visto, tem a ver com o espaço em que se implementam e se localizam, mas que não precisam se excluir, porque enriquecem análises contextuais e geopolíticas propiciando novos conceitos, aplicabilidades e ampliações, como em Bento<sup>130</sup>, ao lado de outros autores evidenciados, como no contexto do México, em Estévez<sup>131</sup> ou Valencia e Sepúlveda<sup>132</sup>.

---

<sup>128</sup> BENTO, 2018, p. 05.

<sup>129</sup> FOUCAULT, 1988; 1998; 2008.

<sup>130</sup> BENTO, 2018.

<sup>131</sup> ESTÉVEZ, 2018.

<sup>132</sup> VALENCIA; SEPÚLVEDA, 2016.

É possível encerrar esse tópico com o questionamento posto por Butler que resume os confins centrados na biopolítica e na necropolítica: Por que é produzida a tentação de matar ao mesmo tempo em que é solicitada a paz?

### **Considerações finais**

Como visto, as observações insurgentes entre os conceitos de biopoder e necropoder ocorreram com uma frequência maior nos últimos tempos, bem como a interlocução dos trabalhos que observem o biopoder e o psicopoder. Todavia, a reflexão quanto aos critérios dos três conceitos em simbiose não é tão frequente, foi esse aspecto que o texto procurou entrever.

O cenário que foi exposto permite a inferência de que os sujeitos em lugares e contextos múltiplos vivem em uma situação de precariedade constante, tanto o indivíduo e sua coletividade que esteve ou está sujeito ao biopoder, bem como a sociedade que está exposta ao necropoder, assim como a comunidade “pós-disciplinar” envolta nos mandos e desmandos do psicopoder.

As relações e disparidades entre os termos e conceitos elencados enfatizam as abordagens de cada um destes autores: Foucault, Mbembe e Han que, assim, possuem suas bases analíticas articuladas na direção acerca do controle das populações e do(s) indivíduo(s), seja nos controles sociais, no corpo ou na mente, no espaço do colonizador ou do que fora colonizado, indivíduo que, caso pensemos nos termos decoloniais, ainda enfrenta resquícios do colonialismo nas mentalidades, nas práticas, nas hierarquias, nas epistemes etc. Ao passo que é necessário destacar as relações dos três intelectuais com as suas realidades sociais e as quais “pertencem” ou experienciam os processos socioculturais e históricos.

Em suma, os termos aparecem como indissociáveis e complementares na reflexão quanto ao âmbito das tecnologias de poder no passado e no presente, bem como é notável que a lógica da diferença e da desigualdade social perpetua as perspectivas postas em meio ao contexto da sociedade capitalista, das novas formas de relações sociais (interferências da tecnologia e de outros elementos constitutivos do mundo moderno) e entre Estados, o que altera as paisagens e as políticas de morte e de vida, tornando hierarquizadas as subjetividades e os espaços em concepções valorativas e de merecimento da preservação.

## Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004
- AYMORE, Débora. *Do biopoder à psicopolítica*. Investigação Filosófica, Macapá, v. 10, n. 2, p. 101-111, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BENTO, Berenice. *Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?*. Cad. Pagu [online]. 2018, n.53, e185305. Epub 11-Jun, 2018.
- BUTLER, Judith. *Prekarious life: the powers of mourning and violence*. New York: Verso, 2004.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. 1J ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith; YANCY, George. *Interview: Mourning Is a Political Act Amid the Pandemic and Its Disparities (Republication)*. Bioethical Inquiry 17, 483–487, 2020.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo*. Portugal: Livros do Brasil, 1970.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- ESTÉVEZ, Ariadna. *Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?*. Espiral, Estudios sobre Estado y Sociedad, vol. XXV, No. 73?, Septiembre/Diciembre de 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Genealogía del racismo*. La Plata, Argentina: Editora Altamira, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GRISOSKI, Daniela Cecilia; PEREIRA, Bruno César. *Da biopolítica à necropolítica: notas sobre as formas de controles sociais contemporâneas*. Revista Espaço Acadêmico - n. 224 - set./out. 2020.
- HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: neoliberalismo y nuevas técnicas de poder*. Traducción de Alfredo Bergés, Barcelona: Herder Editorial S.L., 2014.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Necropolitics*. Public Culture, v. 15, n. 01, p. 11-40, 2003.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. 2º reimpressão, São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TORRES, Rafael Güitrón. *Biopoder, psicopoder y ecopoder*. Desenvolv. Meio Ambiente, v. 54, 26-39, jul./dez. 2020.
- VALENCIA, Sayak; SEPÚLVEDA, Katia. *Del fascinante fascismo a la fascinante violencia: Psico/bio/necro/política y mercado gore*. Mitologías hoy, [en línea], Vol. 14, pp. 75-91, 2016.
- WALSH, Catherine. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Catherine Walsh: García Linera: Walter D. Mignolo - In ed. Buenos Aires: Del Signo. 2006.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.